



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PROJETOS PEDAGÓGICOS
ENGENHARIA DE PESCA

1 HISTÓRICO DA UFPA

O Estado do Pará apresenta uma população de 8,1 milhões de habitantes distribuída em 1.248.042 km², o que lhe rende os atributos de unidade federativa mais populosa do Norte do Brasil e segunda maior em extensão territorial do país. Dentre suas atividades econômicas, a mineração, o extrativismo vegetal, a agropecuária, o turismo e a indústria assumem papel de destaque e lhe garantem o maior Produto Interno Bruto (PIB) da região. Contudo, grande parte da população vive abaixo da linha da pobreza, o que demanda políticas e ações com bases sustentáveis para a transformação desta realidade, atribuição que perpassa, também, pela Universidade Federal do Pará - UFPA (PDI/UFPA, 2016-2025).

A UFPA é uma instituição pública de educação superior, com personalidade jurídica sob a forma de autarquia especial, criada pela Lei nº 3.191 de 2 de julho de 1957, estruturada pelo Decreto nº 65.880 de 16 de dezembro de 1969 e modificada pelo Decreto nº 81.520 de 4 de abril de 1978. Possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, caracterizando-se como universidade multicampi, com atuação no Pará, tendo sede e foro legal na cidade de Belém, capital do estado (PDI/UFPA, 2016-2025). Atualmente, além do Campus de Belém, há 11 campi da UFPA instalados nos seguintes municípios: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí. Essa estrutura contribui para que a instituição seja reconhecida como o maior centro de ensino superior e pesquisa da região amazônica, tendo a incumbência de atuar na produção, socialização e transformação do conhecimento, como alavanca para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável (PDI/UFPA, 2016-2025).

A identidade institucional da UFPA é representada pelo conjunto missão, visão e princípios, que facilitam e promovem a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros da instituição, constituindo-se em macrobalizadores que regem e inspiram sua conduta e seus rumos. Essa tríade serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões de todas

as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, executam a missão, na direção da visão, tendo como referência os princípios institucionais (PDI/UFPA, 2016-2025).

Assim, a missão da UFPA é "produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável". A visão da instituição é "ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural". Seus princípios institucionais são: "a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; o pluralismo de ideias e de pensamentos; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; e a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente" (PDI/UFPA, 2016-2025).

No tocante ao Campus Universitário de Bragança da UFPA, sua implantação ocorreu em 1987, juntamente com outros campi do interior, tendo iniciado com a oferta dos cursos de Licenciatura em História, Geografia, Matemática, Letras e Pedagogia, visto que o objetivo do processo de interiorização da instituição, pelo menos no primeiro momento, era atender a demanda por formação de professores. Posteriormente, em 1997, passou a ser oferecido o curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, em 2005 teve início a oferta do curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca, e em 2009, a oferta de Licenciatura em Ciências Naturais. No ano de 2013, iniciaram os cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Durante este período, apenas Licenciatura em Geografia teve sua oferta interrompida (PDU/IECOS, 2013-2015).

Um importante marco no organograma deste Campus ocorreu no ano de 2007, quando o então Núcleo de Estudos Costeiros (NEC) instituído em 2000, deu origem ao Instituto de Estudos Costeiros (IECOS), unidade acadêmica que congrega a Faculdade de Ciências Biológicas (FBIO), a Faculdade de Ciências Naturais (FACIN) e a Faculdade de Engenharia de Pesca (FEPESCA), além do Programa de Pós-graduação em Biologia Ambiental (PPBA), criado em 1999. Quanto à atuação, o IECOS apresenta um conjunto de laboratórios que desenvolve pesquisas voltadas para as áreas costeiras amazônicas, com destaque para o ecossistema manguezal e os recursos pesqueiros marinhos, bem como realiza atividades extensionistas junto às comunidades pesqueiras da região Nordeste paraense (PDU/IECOS, 2013-2015). Desta forma, a UFPA como um todo, em especial o Campus Universitário de Bragança e o Instituto de Estudos Costeiros (IECOS) vêm, ao longo dos anos, sendo moldados em função dos desafios postos ao desenvolvimento do Estado do Pará e de sua

região Nordeste, assumindo um papel ativo em um processo de intervenção na sociedade seja pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, seja pela sua capacidade de oportunizar a discussão crítica da realidade amazônica, paraense e bragantina.

Dentre os desafios regionais da atualidade, estão vários problemas inerentes ao sistema agroindustrial do pescado, em especial na pesca marinha e na aquicultura continental. Na pesca, a sustentabilidade das pescarias e a qualidade do pescado são os principais pontos críticos, enquanto a aquicultura necessita de maior controle nos aspectos zootécnico, ambiental e econômico. Essa situação, além de ter propiciado a criação do curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca, vem demandando adequações frequentes no instrumento norteador da organização e do planejamento do processo educativo, o que justifica a elaboração desta terceira versão do plano pedagógico, depois da versão inicial de 2005 e de uma segunda versão, no ano de 2010.

2 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A criação do Bacharelado em Engenharia de Pesca foi motivada pelo desenvolvimento crescente da indústria pesqueira no Brasil, particularmente a partir da segunda metade da década de 1960, o que levou à necessidade de formação de um profissional capaz de produzir tecnologia apropriada para a exploração de recursos aquáticos. O curso de Engenharia de Pesca, da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (Recife/PE), que teve início em 1971, foi o precursor desta nova especialidade da Engenharia no país. Em 1972, teve início o curso da Universidade Federal do Ceará - UFC (Fortaleza/CE). Somente em 1989, quando a indústria pesqueira já enfrentava os primeiros reflexos da sobreexploração dos estoques marinhos tradicionais, foi criado o curso da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (Manaus/AM). No entanto, ao contrário dos anteriores, este terceiro curso tinha como viés principal a exploração de recursos aquáticos continentais (KRUG & SALES, 2013).

Atualmente, os cursos de Bacharelado em Engenharia de Pesca estão presentes em 14 dos 17 estados costeiros brasileiros (SC, PR, SP, ES, BA, SE, AL, PE, RN, CE, PI, MA, PA e AP) e em dois não costeiros (AM e RO), com elevada concentração nas regiões Norte e Nordeste. Assim, é possível agrupar os cursos de Engenharia de Pesca em dois conjuntos, sendo um com identidade mais associada à exploração de recursos aquáticos marinhos (UFRPE, UFC, UFRA, UFPA, UFAL, UFERSA, UFPI, UFS, UEMA, UEAP, UDESC e IFES) e outro, a recursos aquáticos continentais (UFAM, UNIOESTE, UNEB/Paulo Afonso e Xique-Xique,

UFRB, UFRPE/UAST, UNIR e UNESP) (KRUG & SALES, 2013).

Na Universidade Federal do Pará (UFPA), a oferta do Curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca ocorre no Campus Universitário de Bragança desde 2005, sendo beneficiado pelo Programa de Expansão do Ministério da Educação. Esse curso buscou suprir a necessidade de profissionalização da atividade pesqueira do Estado do Pará, que mesmo apresentando a maior produção de pescado do país ainda é deficitária em termos de tecnologia, organização e ordenamento. Além da pesca, a atividade aquícola pode ser considerada incipiente, apesar de apresentar condições hídricas e climáticas favoráveis a essa atividade.

Localizada a 210 km de Belém, capital do Estado, Bragança (01°03'15"S 46°46'10"W) apresenta 118.678 habitantes e é responsável pelo terceiro maior desembarque de pescado do Pará, com destaque para as produções de pescada amarela *Cynoscion acoupa*, gurijuba *Hexanemichthys parkeri*, serra *Scomberomorus brasiliensis*, pescada gó *Macrodon ancylodon*, pargo *Lutjanus purpureus*, lagosta *Panulirus argus* e caranguejo-uçá *Ucides cordatus*. Essa produção abastece os mercados local, regional, nacional e internacional, principalmente Belém e região metropolitana (peixes frescos e caranguejo-uçá vivo), estados da região Nordeste do Brasil (peixes frescos e congelados e caranguejo-uçá vivo), países asiáticos (barbatana de tubarão e grude) e o Estados Unidos (peixes inteiros, eviscerados, filés e lagosta congelados).

Além das fainas de captura do pescado, a cadeia produtiva da atividade pesqueira neste município conta com uma infraestrutura e um arcabouço institucional privilegiados em relação aos outros da região, como: fábricas de gelo, postos de combustível terrestres e flutuantes, comércio de gêneros alimentícios no atacado, estaleiros artesanais, lojas especializadas em artigos de pesca, entrepostos de pescado, feiras e mercados para comercialização de pescado, além de agentes financeiros, empresas de assistência técnica e extensão rural e órgãos governamentais de fomento, gestão ambiental e inspeção sanitária. A diversidade, o porte e a quantidade de empreendimentos, além do volume de pessoas envolvidas direta e indiretamente nesta atividade, demonstram sua importância socioeconômica na região, principalmente no que se refere à geração de ocupação, emprego e renda e produção de alimento.

Essas características tornam indiscutível o acerto na escolha do município de Bragança para sediar o Curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca da UFPA, até pela sólida base científica e estrutural existente antes da sua criação, proporcionada pelo então Núcleo de Estudos Costeiros (NEC), que posteriormente passou a se chamar Instituto de Estudos Costeiros (IECOS). Neste período, as pesquisas e atividades de extensão desenvolvidas junto às comunidades agroextrativistas já eram voltadas para o desenvolvimento sustentável da

pesca e da aquicultura na região, com destaque para as larviculturas do camarão amazônico *Macrobrachium amazonicum* e do caranguejo-uçá *Ucides cordatus*, bem como de estudos de dinâmica populacional e genética de peixes, crustáceos e moluscos de importância econômica.

Assim, desde 2005 o curso tem estruturado seu quadro docente e a estrutura física de salas de aula e laboratórios para formar profissionais capazes de promover o desenvolvimento sustentável das atividades de pesca, aquicultura, beneficiamento e industrialização do pescado. Tal fato pode ser constatado pelo grande número de egressos do curso que se encontram inseridos no mercado de trabalho na região bragantina, em outras regiões do Pará e até em outros Estados da Federação, atuando em: prefeituras municipais, empresas de assistência técnica e extensão rural estatais e particulares, órgãos governamentais de fomento e gestão ambiental, entrepostos de pescado, empresas especializadas em exportação de produtos pesqueiros, instituições de ensino básico, técnico, tecnológico e superior, profissionais autônomos empreendedores e prestadores de serviços, entre outros.

3 CARACTERÍSTICA GERAIS DO CURSO

Modalidade Oferta: Presencial

Ingresso: Processo Seletivo

Vagas: 30

Turno: Matutino

Total de Períodos: 10

Duração mínima: 5.00 ano(s)

Duração máxima: 7.50 ano(s)

Turno: Vespertino

Total de Períodos: 10

Duração mínima: 5.00 ano(s)

Duração máxima: 7.50 ano(s)

Forma de Oferta: Modular e Paralela

Carga Horária Total: 4200 hora(s)

Título Conferido: Bacharel em Engenharia de Pesca

Período Letivo: Extensivo ;

Regime Acadêmico: Seriado

Ato de Criação: Resolução CONSEPE nº 3.381, de 29 de Dezembro de 2005.

Ato de Reconhecimento: Portaria MEC nº 346, de 3 de junho de 2014.

Ato de Renovação: -

Avaliação Externa: -

4 DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

O curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca da UFPA foi delineado de modo a produzir conhecimento para o desenvolvimento e a satisfação das necessidades da sociedade, visando à melhoria da sua qualidade de vida. Desta forma, foi fundamentado em bases epistemológicas voltadas para a geração de conhecimentos sustentados pelo ensino teórico, pela prática e pela pesquisa, com ênfase na formação generalista e multiprofissional. Para tanto, a construção do ensino é centrada nos aspectos metodológicos presentes na lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996): identidade, autonomia, diversidade, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade; e na relação do curso com a sociedade. Vale ressaltar a preocupação com o constante exercício do analisar, do questionar, do sugerir novos rumos para os experimentos e experiências a serem vivenciadas pela comunidade acadêmica. Essa orientação configura-se no conhecimento voltado para a interdisciplinaridade e na busca de uma exploração sustentável dos recursos naturais.

Do ponto de vista ético, o curso visa a formação de um profissional cidadão, comprometido com a moral e com a política coerentes com a profissão. Desta forma, além de produzir o conhecimento técnico específico, o curso também se preocupa com a capacitação do indivíduo em suas relações sociais, culturais, políticas, econômicas e éticas. Assim, a formação acadêmica preza pelo reconhecimento dos seguintes fundamentos norteadores:

I - reconhecimento da universidade não apenas como o espaço da formação profissional da educação, mas como local de formação humana, filosófica, política e ética da sociedade, de maneira que respeite as diferentes manifestações naturais e sociais, à pluralidade de indivíduos, ambientes, culturas e interação profissional;

II - concepção da educação como um processo ininterrupto e presente em todas as instâncias da vida social. Desse pressuposto se deriva o incentivo à formação continuada e o compromisso com a qualificação e competência do profissional;

III - qualificação e competência profissional, comprometido com o desenvolvimento das habilidades específicas e gerais da Engenharia de Pesca;

IV - relação indissociável e integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, presente

tanto no desenho curricular quanto na prática cotidiana do ambiente acadêmico;

V - compromisso com a construção do conhecimento, com as particularidades da cultura brasileira e com o meio ambiente, estimulando em participar de maneira crítica em debates e para a mudança da realidade socioeconômica nas diferentes escalas, sobretudo na Amazônia. No tocante aos fundamentos didático-pedagógicos, o curso está articulado para produzir interação entre a teoria e a prática de atividades acadêmicas, objetivando a produção do conhecimento de forma interdisciplinar. É nesta interação que se materializa o compromisso social, a possibilidade de participação e a visualização da pluralidade de dimensões do objeto do curso, prepara assim, de forma global, o profissional?cidadão, pautado em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural.

A Resolução nº 5 de 2 de fevereiro de 2006, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação CES/CNE define as Diretrizes Curriculares para os cursos de Engenharia de Pesca e dá outras providências, enquanto a Resolução nº 11 de 11 de março de 2002, institui diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Engenharia. Neste contexto, as atividades curriculares do curso se baseiam em princípios didático-pedagógicos diversificados, entre eles, pode-se destacar:

I - Flexibilidade curricular que concebe o currículo como dinâmico e aberto a permanente transformação, deste modo, o curso compreende que a formação deve ser dinâmica e promover a participação do discente em diversos espaços acadêmicos o que contribui, significativamente, para sua formação. Almeja-se essa flexibilidade, a partir da interação entre as áreas de conhecimento, das atividades complementares, bem como do conjunto de disciplinas optativas que diversificam a formação acadêmica.

II - A interação entre os saberes se faz à medida que estão presente no desenho curricular, aspectos que abordam a realidade social, problemáticas locais no campo do sistema agroindustrial do pescado e demais áreas essenciais a formação do Engenheiro de pesca;

III - Outro aspecto importante é a compreensão do trabalho como princípio educativo, o que implica dizer que a formação deve estar fundamentada numa perspectiva crítica, que supere a mera inserção no mercado de trabalho de modo alienado. A proposta curricular adotada está baseada na compreensão de que o profissional da Engenharia de Pesca deve estar ciente de suas decisões, capaz de compreender os avanços tecnológicos e científicos de investigação sendo também sujeito responsável pelo seu processo de aprendizado e habilitação profissional.

4.2 OBJETIVO DO CURSO

Formar Engenheiros de Pesca capazes de atuar no mercado de trabalho promovendo o desenvolvimento sustentável dos setores pesqueiro e aquícola, através da captura, criação ou cultivo, beneficiamento e industrialização de peixes, crustáceos, moluscos e outros organismos aquáticos.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso do Curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca é de um profissional com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, apto a compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação às atividades inerentes ao exercício profissional e que seja capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade da região onde atua, do Brasil ou do mundo, devendo ter:

- I - sólidos conhecimentos sobre os ecossistemas aquáticos, com ênfase aos amazônicos, possibilitando o uso tecnológico, racional, integrado e sustentável dos recursos pesqueiros e hídricos;
- II - sólidos conhecimentos nas áreas de aquicultura, tecnologia de pesca, gestão de recursos pesqueiros, beneficiamento e industrialização do pescado;
- III - condutas e atitudes que o capacite a transformar a realidade social e econômica na sua área de atuação profissional.

4.4 COMPETÊNCIAS

O curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca objetiva dotar o profissional de conhecimentos para atuar na área de Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca, com as seguintes competências baseadas na Resolução CONFEA nº 218, de 29 de junho de 1973 e na Resolução CONFEA nº 279, de 15 de junho de 1983:

- a) utilizar os conhecimentos essenciais na identificação e resolução de problemas;
- b) diagnosticar e propor soluções viáveis para o atendimento das necessidades básicas de grupos sociais e individuais, visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas com a pesca e a aquicultura;
- c) aplicar conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais, respeitando a linguagem,

as necessidades sociais, culturais e econômicas das comunidades pesqueiras litorâneas e do interior;

d) conhecer a biodiversidade dos ecossistemas aquáticos, visando à aplicação biotecnológica;

e) planejar, gerenciar, construir e administrar obras que envolvam a criação de organismos aquáticos;

f) desenvolver atividades de manejo e exploração sustentável de organismos aquáticos;

g) utilizar técnicas de criação, nutrição, melhoramento genético para a produção de organismos aquáticos;

h) supervisionar e operacionalizar sistemas de produção aquícola;

i) aplicar técnicas de processamento, classificação, conservação, armazenamento e controle de qualidade do pescado na indústria pesqueira;

j) possuir conhecimentos sobre patologia e parasitologia de organismos aquáticos;

k) projetar e conduzir pesquisas, interpretar e difundir os resultados;

l) elaborar e analisar projetos que envolvam aspectos de mercado, localização, caracterização, engenharia, custos e rentabilidade nos diferentes setores da atividade pesqueira e da aquicultura;

m) elaborar laudos técnicos e científicos no seu campo de atuação;

n) atuar no manejo sustentável em áreas de preservação ambiental, da criação e da industrialização, avaliando os seus efeitos no contexto econômico e social;

o) dominar técnicas pedagógicas com vistas à atuação no ensino superior e em escolas profissionalizantes de pesca; e,

p) conhecer, compreender e aplicar a ética e responsabilidade profissionais.

4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI aponta que, "para poder dar resposta ao conjunto de suas missões, a educação deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e finalmente, aprender a ser, via essencial que integra os três precedentes". Neste contexto, a universidade é caracterizada como um espaço plural de

produção do conhecimento, portanto, em seu interior coexistem uma diversidade de procedimentos metodológicos que são aceitos e adotados por docentes para conduzir suas aulas.

A metodologia de ensino no curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca, baseada na lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), privilegia a formação de um profissional intelectual autônomo, criativo e empreendedor. Neste sentido, trabalha-se com o objetivo de priorizar o debate acadêmico, o respeito à crítica e a compreensão de que essa última é parte do saber científico. Para tanto, os docentes trabalham, além de aulas expositivas, necessárias ao desenvolvimento do tempo de explicação, estratégias que exijam de si mesmos e dos discentes, o exercício da crítica, o confronto de perspectivas e a crítica às bases teóricas e metodológicas. Além disso, aulas práticas são realizadas periodicamente quando os discentes tem oportunidade de utilizar os conhecimentos teóricos, apresentados em sala de aula, e aplicá-los na prática, bem como, conhecer no campo a atuação do profissional Engenheiro de Pesca e participar de intervenções extensionistas.

Para tanto, a matriz curricular do curso procura fortalecer os pilares do conhecimento. Do total de 4.200 horas de atividades complementares são 240 horas sendo destas 120 horas de atividade curriculares optativas. As 3.960 h restantes estão distribuídas em 53,1% de aulas teóricas (aprender a conhecer), 36,2% de aulas práticas (aprender a fazer) e 10,8% de atividades de extensão (aprender a ser).

No tocante aos temas transversais, o curso prioriza a interdisciplinaridade entre as áreas de atuação do engenheiro, de modo que a teoria seja maximizada com a prática e a capacidade argumentativa. Assim, as atividades curriculares privilegiam o exercício de competências necessárias à vivência profissional, proporcionando aos discentes as situações necessárias em campo e em laboratório para o seu desenvolvimento, bem como a participação em projetos de pesquisa, extensão e ensino. Esses programas também favorecem o aprender a conhecer, a fazer e a viver juntos. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica ? PIBIC e o Programa Institucional de Bolsas de Extensão ? PIBEX propiciam a vivência do discente de graduação com discentes de Pós-graduação, tanto em atividades realizadas em campo como no laboratório, valorizando o trabalho em equipe multidisciplinar. O PET-Pesca faz parte do Programa de Educação Tutorial ? PET (MEC) e também inclui graduandos bolsistas e voluntários desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca.

A participação de docentes e discentes no Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca promove a integração e a atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam no Setor

da Pesca e Aquicultura. Os discentes são estimulados a apresentarem os resultados de suas atividades de pesquisa e extensão, sendo este evento bianual. A comemoração do dia do Engenheiro de Pesca, 14 de dezembro, é comemorada nos anos pares com a realização da Semana de Engenharia de Pesca e de Técnicos em Pesca e Aquicultura do Pará. Nesse evento, os discentes participam tanto da organização como na apresentação de trabalhos científicos.

No calendário acadêmico está incluída a participação de discentes no Fórum de Ensino, Pesquisa e Extensão ? CAMPUBRA e o Seminário dos Docentes, Técnicos do IECOS e demais faculdades. Essa participação se dá pela apresentação de resultados dos bolsistas PIBIC, PIBEX, PET e voluntários, bem como no auxílio a organização do evento.

Sob essa perspectiva interdisciplinar, o curso transversaliza diversas temáticas, como a Educação Ambiental, nas diversas disciplinas oferecidas: Ecologia, Economia, Sociologia Aplicada às Comunidades Pesqueiras, Técnicas Aplicadas a Educação Não Formal, Administração e Legislação Pesqueira e Aquícola, Aquicultura, Avaliação de Estoques Pesqueiros, Carcinicultura, Confecção de Apetrechos de Pesca, Dinâmica de Populações Pesqueiras, Economia Aplicada à Pesca e Aquicultura, Elaboração e Avaliação de Projetos Pesqueiros e Aquícolas, Engenharia Aquícola, Engenharia do Processamento de Pescado, Extensão Pesqueira e Aquícola, Ictiologia, Geologia de Ambientes Aquáticos, Introdução à Engenharia de Pesca, Limnologia, Oceanografia, Piscicultura, Qualidade do Pescado, Sistemas de Pesca, Técnicas de Pesca, Tecnologia do Pescado, Zoologia Aquática, Gerenciamento Costeiro, Empreendedorismo. Essa transversalização é baseada nos fundamentos da Educação Ambiental em promover práticas educativas ambientais de forma crítica, contribuindo para a formação de recursos humanos preocupados com a transformação da realidade que vivemos e a sustentabilidade da Aquicultura e da Pesca. Nesse sentido, a questão ambiental é trabalhada em sala de aula através da discussão, demonstração e observação de práticas acerca da resolução de problemas socioambientais enfrentados na nossa região. Para tal, são lançados sólidos conhecimentos nas áreas de aquicultura, tecnologia de pesca, gestão de recursos pesqueiros, beneficiamento e industrialização do pescado, e sobre os ecossistemas aquáticos, com ênfase aos amazônicos, possibilitando o uso tecnológico, racional, integrado e sustentável dos recursos pesqueiros e hídricos.

Além disso, os conteúdos são tratados de forma integrada nas diversas atividades curriculares, especialmente na Sociologia Aplicada às Comunidades Pesqueiras, Técnicas Aplicadas à Educação não Formal e Extensão Pesqueira e Aquícola, de modo a possibilitar aos discentes assumirem condutas e atitudes que os capacitem a transformar a realidade

social e econômica na sua área de atuação profissional, através do reconhecimento da diversidade étnico-racial e cultural que constitui a sociedade brasileira e também, na consolidação de um país promotor de igualdade de direitos. Assim, os conteúdos são abordados de forma a estimular aos alunos a desenvolverem a capacidade argumentativa e crítica de responder diferentes problemáticas acerca do desenvolvimento local embasada na interdisciplinaridade dos temas transversais. Logo, espera-se que o discente prepare-se para promover tecnologia, organização, ordenamento e desenvolvimento da pesca e aquicultura continental e marinha na sua área de atuação profissional respeitando os princípios de sustentabilidade ambiental e social. Desse modo, são priorizadas propostas metodológicas interdisciplinares como realização de seminários e incentivo a elaboração de projetos, como os de Intervenção em Extensão Pesqueira e Aquícola que estejam fundamentados nos objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão (Brasil, 2004).

Deste modo, as ementas das atividades curriculares, no que concerne às referências da literatura científica, são frequentemente atualizadas de modo a acompanhar os avanços recentes no Setor de Pesca e Aquicultura. Esta atividade é estimulada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) que periodicamente solicita o encaminhamento das ementas atualizadas aos docentes. Vale ressaltar que ao longo das atividades curriculares obrigatórias e optativas, bem como nos estágios supervisionados obrigatórios estão contempladas as exigências referentes à Resolução MEC/CNE/CP nº 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental, a Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que altera as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e a Resolução MEC/CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012, que estabelece diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos.

Os Estágios Supervisionados Obrigatórios (ESO) totalizam 360 horas e abrangem as quatro subáreas de atuação do Engenheiro de Pesca: (i) Aquicultura e Ecologia Aquática; (ii) Tecnologia do Pescado; (iii) Extensão Pesqueira e Aquícola; (iv) Tecnologia e Ordenamento Pesqueiro. Após a conclusão de cada ESO, o discente elabora o Relatório Final no qual além das atividades desempenhadas durante 90 h, o discente tem a oportunidade de mostrar o seu amadurecimento profissional, ético e a capacidade empreendedora realizando uma análise crítica dos pontos que precisam ser melhorados na empresa/fazenda/instituição e a sugestão de soluções contemplando o aprender a fazer e ser.

Ainda, a partir de 2016, o curso vem oferecendo uma atividade curricular optativa integradora cuja proposta é realizar atividades de campo que contemplem diversas disciplinas no intuito de integrar conteúdos curriculares de modo interdisciplinar. Nesse

sentido, o currículo do Bacharel em Engenharia de Pesca da UFPA-Campus Bragança apresenta flexibilidade e abertura para contextualizar as diferentes temáticas transversais de acordo com as realidades locais e regionais. Essa atividade é custeada pelo Programa Integrado de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão ? PROINT que entre 2016/2017 objetivou (i) incentivar a avaliação e a melhoria continuada do PPC; (ii) otimizar a consolidação de conhecimentos de várias atividades curriculares em campanhas exploratórias anuais nos ambientes costeiro e marinho, entre outros.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA DO CURSO

A estrutura curricular do curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca é baseada nas exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Engenharia (Resolução CNE/CES n° 11, de 11 de fevereiro de 2002), das Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Engenharia de Pesca (Resolução CNE/CES n° 5, de 2 de fevereiro de 2006) e das Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará (Resolução CONSEPE n° 3.186, de 28 de junho de 2004), tendo como princípio norteador o perfil generalista do Engenheiro de Pesca atrelado à vocação pesqueira da região bragantina e do Estado do Pará. Pretende-se ainda, formar um profissional em consonância com o momento presente em relação à apropriação e ao domínio de novas tecnologias, à capacidade empreendedora e à utilização sustentável dos recursos pesqueiros e aquícolas.

A interdisciplinaridade do curso fica evidenciada pela integração dos Núcleos de Conhecimentos Básicos, Profissionais Essenciais, Específicos Essenciais, Atividades Curriculares Optativas, Estágios Supervisionados e Atividades Complementares. O curso funciona nos turnos matutino ou vespertino, em períodos letivos extensivos, sob regime acadêmico seriado, e com oferta de Atividades Curriculares de forma modular e paralela. Os períodos letivos têm carga horária que variam de 210, 405, 420, 435 e 465 horas, tendo duração de 100 dias. A carga horária total do curso é de 4.200 horas, distribuída em 10 períodos letivos, devendo a integralização curricular ser realizada em no mínimo cinco (5) anos e no máximo em sete anos e meio (7,5 anos).

As 4.200 horas que compõe o curso estão distribuídas entre o Núcleo de Conhecimentos Básicos (1.245 horas ? 29,64% da carga horária), o Núcleo de Conhecimentos Profissionais Essenciais (2.340 horas - 55,71% da carga horária), o Núcleo de Conhecimentos Essenciais Específicos (375 horas ? 7,50% da carga horária sendo destas 180 horas - 4,29% da carga

horária destinadas ao Trabalho de Conclusão de Curso) e as Atividades Complementares (240 horas - 2,86% da carga horária sendo que destas 120 horas estão destinadas a atividades curriculares optativas).).

5.2 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca é realizado sob orientação ou coorientação de um docente do Colegiado da Faculdade de Engenharia de Pesca, consistindo em uma atividade curricular obrigatória. A carga horária destinada ao TCC é de 180 horas e a avaliação feita por uma banca examinadora mediante entrega e apresentação de monografia relacionada à área de atuação profissional do Engenheiro de Pesca.

Apesar da carga horária obrigatória estar prevista apenas para o décimo período letivo, incentiva-se a elaboração do TCC desde os primeiros semestres. No sétimo período letivo é ofertada a atividade curricular obrigatória intitulada "\\\"Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso\\\"". Durante a referida atividade são repassadas as normas para elaboração do TCC (Manual do TCC) definidas por uma comissão de docentes e homologadas pelo Colegiado da faculdade, além da apresentação do plano de trabalho do discente ao longo dos quatro últimos períodos letivos do curso para uma banca examinadora indicada pelo orientador e pelo Colegiado.

5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A estrutura curricular do curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca conta com estágios supervisionados obrigatórios que totalizam 360 horas, nas áreas de: aquicultura e ecologia aquática (90 horas), extensão pesqueira e aquícola (90 horas), tecnologia e ordenamento pesqueiro (90 horas) e tecnologia do pescado (90 horas). Essa iniciativa representa uma ferramenta de consolidação de conhecimentos e qualificação do futuro profissional, visto que promove a integração entre o corpo discente e o setor produtivo, o que é viabilizado por meio de convênios orientados pela Resolução CONSEPE n° 4.262 de 22 de março de 2012, com: empresas de beneficiamento de pescado, organizações sociais dos setores pesqueiro e aquícola, Marinha do Brasil, Centros de Pesquisa (Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), órgãos governamentais (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará,

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, Agência de Defesa Agropecuária do Pará e agentes financeiros, como o Banco da Amazônia e o Banco do Brasil), entre outros.

5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares representam uma atividade curricular obrigatória com a função de promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão das atividades discentes, perfazendo um total de 240 horas, sendo que 50% desta carga horaria, será destinada a atividades complementares tais como: bolsas de iniciação científica, bolsas de extensão, monitorias, estágios voluntários, cursos de capacitação, organização e participação em eventos científicos na área da Engenharia de Pesca, participações no Programa de Educação Tutorial (PET), entre outras reconhecidas pelo Colegiado. O discente deve comprovar que cumpriu a carga horária mínima exigida no momento da integralização do curso, ou seja, no décimo período letivo.

5.5 POLÍTICA DE PESQUISA

As linhas de pesquisa desenvolvidas por docentes e discentes do curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca estão inseridas na área de conhecimento "Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca", e mais especificamente, dentro das seguintes áreas de atuação: Aquicultura, Ecologia Aquática, Genética de Recursos Pesqueiros, Pesca, Extensão Pesqueira, Cartografia e Geoprocessamento, Economia Pesqueira e Tecnologia do Pescado. Neste contexto, os projetos de pesquisa com financiamento externo ou interno da UFPA são registrados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESP), tendo a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Fundação Amazônia Paraense de Apoio à Pesquisa (FAPESPA), a Petrobrás Ambiental, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) como principais agentes financiadores. Importante ressaltar que os projetos são elaborados e executados por meio de parcerias intra e interinstitucionais, visando a concepção de alternativas para a resolução de problemas locais e regionais, bem como a realização de pesquisas básicas que possam auxiliar no conhecimento e conservação da biodiversidade. A integração com o ensino e a extensão se dá desde a concepção dos projetos, quando os

pesquisadores estabelecem diretrizes para transferência de tecnologia ou mesmo informação científica para a comunidade, trabalho executado com o envolvimento de discentes. Os principais grupos de pesquisa atuam nas áreas de genética, aquicultura, pesca e tecnologia do pescado.

5.6 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A comunidade é percebida pelo curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca como a sua principal parceira, pois acredita-se que ela possua experiências e conhecimentos acumulados que somados àqueles produzidos no interior da instituição poderão promover mudanças sociais significativas de forma participativa e sustentável. Essa política promove a inserção dos acadêmicos em projetos de extensão, quer sejam elaborados no âmbito da Faculdade de Engenharia de Pesca ou do Instituto de Estudos Costeiros, quer em projetos de organizações da sociedade civil, instituições públicas e privadas. Neste contexto, as atividades de extensão são parte fundamental do currículo do curso, perfazendo 420 horas ao longo de atividades curriculares obrigatórias.

5.7 POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

A oferta do curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca já se apresenta como uma política de inclusão ao se colocar no horizonte da qualificação para as populações tradicionais, historicamente excluídas de processos decisórios na sociedade contemporânea. Isso se amplia quando fica proposto que, além da oferta regular deste curso, possam ser desenvolvidas políticas de inclusão junto aos discentes, a sociedade civil e aos movimentos sociais, no sentido de:

- Ampliar e fortalecer os canais de participação social, apostando no contínuo esforço dos excluídos para prosseguir na construção de uma sociedade que reconheça seu direito a ter direitos ? os direitos humanos em toda sua plenitude ? civis, políticos e sociais;
- Investir fortemente na qualificação e emancipação dos movimentos sociais, Organizações não governamentais e de outros setores da sociedade civil para que desenvolvam ações propositivas e capazes de fazê-los participar eficazmente de negociações e deliberações;
- Inspirar e potencializar ações políticas institucionais em todos os setores da sociedade, para difundir práticas democráticas ampliadoras da cidadania.

Neste contexto, o curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca propõe no desenvolvimento

da formação acadêmica, articulando atividades de ensino, pesquisa e extensão, colaborar com as políticas de inclusão social nacionais, regionais e locais, promovendo ações no sentido de garantir o acesso dos discentes do curso a conhecimentos sobre os pressupostos didático-pedagógicos da educação especial e inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais, a princípio, ofertando atividades curriculares, como: Libras e Relações étnico-raciais e cidadania, articulando conhecimentos teórico-práticos na área. Bem como analisar e divulgar propostas de reordenação física do espaço universitário de modo a garantir a acessibilidade de pessoas que apresentem algum tipo de deficiência e/ou limitação para se locomover nos espaços públicos, em especial na universidade.

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

O planejamento de cada período letivo é realizado no início do semestre, com as dificuldades e necessidades de aprimoramento de aulas teóricas e práticas sendo discutidas mensalmente durante as reuniões ordinárias do Colegiado da Faculdade de Engenharia de Pesca. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso também promove debates sistemáticos para melhorar os procedimentos metodológicos dos docentes, o desempenho dos acadêmicos do curso e indicar ações para reduzir a evasão e a retenção ao longo dos períodos letivos.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

7.8 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

O curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca tem por pressuposto que a avaliação é uma atividade constituinte da ação educativa e tem uma dimensão formativa. Desta forma, a avaliação da aprendizagem é vista enquanto um elo integrador, mediador entre objetivos e conteúdos e sua intencionalidade no processo de socialização e tem a função de melhorar continuamente a qualidade do ensino.

Assume-se a avaliação enquanto um instrumento que se fará presente de forma permanente ao longo do processo de ensino e aprendizagem, constituindo-se ela própria em instrumento de aprendizagem. Presente em todas as etapas do processo ensino-aprendizagem, a avaliação deve oferecer aos docentes as bases para as decisões iniciais, em seu caráter de diagnóstico, por outro lado, ela deve servir para retroalimentar o processo, permitindo que seja identificado o desenvolvimento da proposta inicial, assim como, novas necessidades e/ou seu

redimensionamento. Os estudantes devem participar destas discussões onde se almeja não só a avaliação da aprendizagem dos mesmos, mas sim, de todo o processo de ensino.

7.9 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

São realizadas avaliações teóricas e práticas por atividade curricular, tais como: Provas discursivas e/ou objetivas; Seminários temáticos; Apresentação de trabalho científico em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais; Relatórios técnico-científicos de estágios e atividades práticas (laboratoriais, visitas técnicas e excursões); Participação e organização de eventos ou programas destinados às comunidades locais; listas de exercícios; assiduidade e pontualidade.

7.10 AVALIAÇÃO DO ENSINO

Com o objetivo de propiciar o constante aperfeiçoamento do docente, os alunos avaliam no decorrer de cada atividade curricular, a infra-estrutura, a assiduidade, a pontualidade, a oratória, os conteúdos, a metodologia de ensino, os recursos didáticos e o referencial bibliográfico utilizados pelo docente, bem como a relação educador-educando por meio de um sistema on line disponibilizado pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) em fase de implantação do SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas)..

7.11 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

Atualmente, há dois formulários para avaliação do projeto pedagógico no Sistema de avaliação on line: (i) questionário discente e (ii) questionário docente. Esses questionários possuem quatro dimensões. A primeira dimensão ? Terminalidade do Curso ? aborda questões sobre o objetivo do curso e o perfil do egresso. A segunda dimensão ? Formação e Aprendizado Discente ? aborda os temas como a metodologia de ensino e procedimento de avaliação, os conteúdos curriculares, o desenvolvimento de competências e habilidades, a integração do ensino, pesquisa e extensão, entre outros. A terceira dimensão ? Avaliação dos Sujeitos e do Curso ? compreende questões sobre o desempenho e atuação de diretores, docentes, técnicos, discentes do curso. A quarta dimensão ? Condição de Trabalho, Ensino e Aprendizagem ? aborda questões sobre a estrutura e infra-estrutura do curso.

Após o preenchimento dos formulários, ocorre a sistematização dos resultados e é gerado um

relatório. Esse relatório é avaliado pelo Colegiado com o objetivo de propor ações para superar os entraves e reforçar os pontos fortes, bem como constitui-se em uma das principais ferramentas do Núcleo Docente Estruturante (NDE) no processo contínuo de aperfeiçoamento do projeto pedagógico.

Neste contexto, os principais pontos observados são: avaliação do corpo discente, docente e técnico-administrativo; além da avaliação do curso através do índice de evasão, aceitação dos formandos no mercado nacional e internacional e em programas de pós-graduação, convênios, produção científica dos alunos, projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão, recursos e estágios remunerados obtidos em outras empresas, estrutura curricular, biblioteca, entre outros.

8 INFRAESTRUTURA

8.12 DOCENTES

Nome	Titulação máxima	Área de Concentração	Regime de Trabalho
Bianca Bentes da Silva	Doutor	Biodiversidade	Dedicação Exclusiva
Carlos Alberto Martins Cordeiro	Doutor	Ciência e tecnologia dos alimentos	Dedicação Exclusiva
Carlos Eduardo Rangel Andrade	Mestre	Zootecnia e recursos pesqueiros	Dedicação Exclusiva
Daniel Abreu Vasconcelos Campelo	Doutor	Zootecnia e recursos pesqueiros	Dedicação Exclusiva
Evaldo Martins da Silva	Doutor	Ciência e tecnologia dos alimentos	Dedicação Exclusiva
Fernando Araújo Abrunhosa	Doutor	Zootecnia e Recursos Pesqueiros	Dedicação Exclusiva
Francisco Carlos Alberto Fonteles Holanda	Doutor	Zootecnia e recursos pesqueiros	Dedicação Exclusiva
Galileu Crovatto Veras	Doutor	Zootecnia e recursos pesqueiros	Dedicação Exclusiva
Grazielle Fernanda Evangelista Gomes	Doutor	Biodiversidade	Dedicação Exclusiva
Hudson Cleber Pereira da Silva	Mestre	Biodiversidade	Dedicação Exclusiva
Marcos Ferreira Brabo	Doutor	Zootecnia e recursos pesqueiros	Dedicação Exclusiva
Marileide Moraes Alves	Doutor	Ciência e tecnologia dos alimentos	Dedicação Exclusiva
Nils Asp Edwin Neto	Doutor	Geociências	Dedicação Exclusiva
Pedro Andrés Chira Oliva	Doutor	Geociências	Dedicação Exclusiva
Roberta Sá Leitão Barboza	Doutor	Zootecnia e recursos pesqueiros	Dedicação Exclusiva
Simoni Santos da Silva	Doutor	Biodiversidade	Dedicação Exclusiva
Zélia Maria Pimentel Nunes	Doutor	Zootecnia e recursos pesqueiros	Dedicação Exclusiva

8.13 TÉCNICOS

A Faculdade de Engenharia de Pesca conta com 4 (quatro) técnicos administrativos e laboratoriais, sendo um de nível médio e os outros três de nível superior das áreas de pesca e aquicultura, química e eletricidade.

8.14 INSTALAÇÕES

Descrição	Tipo de Instalação	Capacidade de Alunos	Utilização	Quantidade
Direção da Faculdade de Engenharia de Pesca	Sala	3	Administrativa	3
Centro Acadêmico do Curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca	Sala	5	Administrativa	5
Sala de aula 1	Sala	50	Aula	30
Sala de aula 2	Sala	50	Aula	30
Sala de aula 3	Sala	50	Aula	30
Sala de Desenho técnico	Sala	30	Aula	30
Sala de videoconferência	Sala	70	Aula	70
Sala do Programa de Educação Tutorial (PET)	Sala	15	Reunião	15
Biblioteca	Sala	75	Administrativa	1
Laboratório de Piscicultura	Laboratório	20	Orientação acadêmica	20
Laboratório de Tecnologia do Pescado	Laboratório	20	Aula	20
Laboratório de Qualidade de Água	Laboratório	15	Orientação acadêmica	15
Laboratório de Microbiologia do pescado	Laboratório	15	Orientação acadêmica	15
Laboratório de Biologia pesqueira	Laboratório	15	Orientação acadêmica	15
Laboratório de Informática	Laboratório	30	Aula	30
Laboratório de Química do pescado	Laboratório	20	Orientação acadêmica	20
Laboratório de Pesca e Navegação	Laboratório	30	Orientação acadêmica	30
Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento	Laboratório	20	Orientação acadêmica	20
Laboratório de Genética aplicada	Laboratório	20	Orientação acadêmica	20
Laboratório de Probióticos	Laboratório	15	Orientação acadêmica	15
Laboratório de Extensão pesqueira	Laboratório	5	Orientação acadêmica	5
Laboratório de Geologia Costeira	Laboratório	15	Orientação acadêmica	15
Secretaria da Faculdade de Engenharia de Pesca	Secretaria	3	Administrativa	3

8.15 RECURSOS MATERIAIS

Instalação	Equipamento	Disponibilidade	Quantidade	Complemento
Centro Acadêmico do Curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca	computador	Cedido	3	
	mesa	Cedido	3	
Direção da Faculdade de Engenharia de Pesca	computador	Cedido	1	
	mesa	Cedido	1	
	datashow	Cedido	4	
	computador	Cedido	2	Notebooks
Laboratório de Biologia pesqueira	computador	Cedido	4	
Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento	computador	Cedido	8	
Laboratório de Genética aplicada	computador	Cedido	3	
Laboratório de Geologia Costeira	computador	Cedido	5	
Laboratório de Informática	computador	Cedido	15	Desktop
Laboratório de Microbiologia do pescado	computador	Cedido	3	
Laboratório de Pesca e Navegação	computador	Cedido	3	
Laboratório de Piscicultura	computador	Cedido	5	
Laboratório de Qualidade de Água	computador	Cedido	5	
Laboratório de Química do pescado	computador	Cedido	3	
Laboratório de Tecnologia do Pescado	computador	Cedido	3	
Sala de aula 1	quadro magnético	Cedido	1	
Sala de aula 2	quadro magnético	Cedido	1	
Sala de aula 3	quadro magnético	Cedido	1	
Sala de Desenho técnico	mesa	Cedido	15	Prancheta para desenho técnico
Sala de videoconferência	datashow	Cedido	1	
	mesa	Cedido	1	
Sala do Programa de Educação Tutorial (PET)	mesa	Cedido	1	

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 11 de 11 de março de 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Engenharia. Brasília: MEC/CNE/CES, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 5 de 02 de fevereiro de 2006, que institui Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Engenharia de Pesca e dá outras providências. Brasília: MEC/CNE/CES, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC/CNE/CP, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: MEC/CNE/CP, 2012.

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA. Resolução nº 218, de 29 junho de 1973. Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Brasília, 1973.

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA. Resolução nº 279, de 15 junho de 1983. Discrimina as atividades profissionais do Engenheiro de Pesca. Brasília, 1983.

DELORS, J. Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Porto, Edições, ASA, 1996.

KRUG, L.C.; SALES, L.T. Graduação em Engenharia de Pesca. Porto Alegre: Ciências do Mar Brasil/ Universidade Federal do Rio Grande. 2013.

Plano de Desenvolvimento Institucional. Universidade Federal do Pará - PDI/UFPA 2011-2015. 230p.

Plano de Desenvolvimento da Unidade. Instituto de Estudos Costeiros - PDU/IECOS 2013-2015. 57p.

Universidade Federal do Pará. Resolução CONSEPE n° 3.186, de 28 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará. 2004.

Universidade Federal do Pará. Resolução CONSEPE n° 4.262 de 22 de março de 2012. Institui o Regulamento para a realização dos Estágios Supervisionados, obrigatórios e não obrigatórios, dos Cursos de Graduação da UFPA. 2012.